

Avaliação de projetos de intervenção social:

Uma reflexão sobre as experiências em projetos nacionais,
regionais e da bacia do Mediterrâneo

Carlos Alberto da Silva [1] [2]
casilva@uevora.pt

Marcos Olímpio Gomes dos Santos [2]
mosantos@uevora.pt

Maria Saudade Baltazar [1] [2]
baltazar@uevora.pt

José Manuel Leal Saragoça [1] [2]
jsaragoca@uevora.pt

Resumo

Pretende-se com o presente artigo contribuir para a divulgação das experiências e perspetivas dos autores na dinamização dos processos metodológicos de monitorização e avaliação de projetos de intervenção social e comunitária a nível nacional e europeu, em particular, no que diz respeito ao acompanhamento e participação ativa nas equipas de monitoria e avaliação de alguns projetos de intervenção social na bacia do Mediterrâneo, na área geográfica do arco do Atlântico e nalguns países do norte e leste da Europa.

É assim apresentado neste trabalho uma síntese das lições aprendidas na dinamização de propostas metodológicas adotadas pelos autores ao longo de quase duas décadas, que se traduziram em experiências enriquecedoras no terreno, com retorno positivo para a docência, abrangendo estudos de diagnósticos sociológicos, ensaios de procedimentos e técnicas de investigação e de intervenção social em várias dezenas de projetos dinamizados e financiados pelos programas comunitários EQUAL, INTERREG, entre outros, incidindo em domínios diversos da economia social, na modernização e qualificação dos atores sociais, na qualidade e inovação das organizações do terceiro setor, no combate ao desemprego e estímulo à formação profissional dos migrantes, das mulheres desempregadas de longa duração, ao nível do empreendedorismo feminino e dos jovens que não estudam nem trabalham, na promoção da igualdade de oportunidades e de género, na valorização do voluntariado e redes intergeracionais e telesolidárias, na promoção da cidadania, governação eletrónica e autarquias digitais, entre outras áreas temáticas de intervenção social e comunitária.

Palavras-Chave: Avaliação, monitorização, projetos sociais, parceria, desenvolvimento social.

Introdução

Nas últimas décadas, os autores tiveram várias oportunidades de colaboração efetiva como avaliadores e ou investigadores (membros das equipas promotoras dos projetos), num vasto número de projetos de intervenção social e comunitária

à escala local, nacional, transfronteiriça e nalguns países da área geográfica do arco do Atlântico, do Norte e Centro da Europa, bem como a nível do Sul (bacia do Mediterrâneo) [3].

A título exemplificativo, é de relevar as experiências obtidas no contato privilegiado com as

componentes nacionais e transnacionais nalguns projetos da era do Programa EQUAL e mais recentemente no âmbito do INTERREG, designadamente junto das entidades promotoras e parceiras do Alentejo e do Algarve, das regiões transfronteiriças da Extremadura e da Andaluzia (Espanha), de outras europeias da bacia do mediterrâneo, tais como as da Calábria e Veneza (Itália), Valência (Espanha), Macedónia Oeste (Grécia), ou das regiões do norte da Europa (Finlândia: Helsínquia, South Ostrobothnia; Suécia: Dalarna, Gävleborg, Saga), ou as do arco Atlântico (UK: Edinburgh, Scotland) e ou da Europa do Leste (Polónia: Lebork, Szczecin, Gryficki, Powiat Gryficki; Bulgária: Plovdiv), entre outras. Trataram-se de oportunidades e ou situações que permitiram aos autores acumular não só uma vivência experiencial sobre as condições de implementação dos projetos sociais e dos níveis de execução das atividades previstas em ambiente de multiculturalidade, mas sobretudo, permitiram-lhes vivenciar *in loco* no terreno e junto das comunidades e promotores, as lógicas de participação e *empowerment* dos atores sociais, as condições de desenvolvimento das ações de cooperação interinstitucional, do enriquecimento e valorização do trabalho social nas redes de parceria e os seus impactos organizacionais e sociais, entre outras situações.

Naturalmente que os autores não experienciaram nem contactaram apenas com as boas práticas ou práticas bem-sucedidas proporcionadas pelos projetos avaliados. Situações e constrangimentos de ação, foram igualmente registados nalguns momentos de intervenção, e que, para superá-los, exigiram o reforço redobrado do saber agir eticamente da equipa de monitoria e avaliação para minimizar as tensões e os conflitos no trabalho de terreno, quer junto do grupo de coordenação, quer no seio dos beneficiários.

No presente trabalho, apresentam-se algumas das lições aprendidas pelos autores nos trabalhos de avaliação dos projetos de intervenção

social, designadamente ao nível das orientações metodológicas que devem ser adotadas nos processos de avaliação de projetos sociais.

1- Orientações metodológicas para a avaliação dos projetos de intervenção social

Numa primeira aproximação, é necessário relevar que não há avaliação de projeto sem um avaliador. Este, o avaliador, pode ser um agente externo ou interno da entidade promotora do projeto, devendo para o efeito, deter as competências de diagnóstico sociológico e de planeamento e gestão de projetos.

Em segundo lugar, importa assinalar que, tradicionalmente, a noção de avaliação de projetos de intervenção social remete à consideração de um procedimento relacionado com os objetivos económicos, a nível da eficácia e eficiência dos recursos alocados, sendo o processo desenvolvido segundo um quadro referencial previamente definido pelos programas de financiamento. Confundem-se muitas vezes a avaliação como se fosse um procedimento de controlo, resvalando a noção de avaliação para a área da auditoria das conformidades. Mas a avaliação faz parte da metodologia do projeto, estando inserida na fase da execução do mesmo (Guerra, 2000).

Para U. Schiefer et al (2006, p. 174) a avaliação deve responder às 6 seguintes questões: O projecto é relevante?; O projecto é sustentável?; Qual é ou foi a eficácia do projecto?; Qual é ou foi a eficiência do projecto?; Qual foi o impacto do projecto?

Para Isabel Guerra (2000, pp. 198-200) a avaliação deve incidir sobre os seguintes critérios: adequação; pertinência; eficácia; eficiência; equidade; impacte.

De salientar que a avaliação é igualmente pedagógica, pelo que comporta igualmente objetivos

pragmáticos, ditos como elementos de aprendizagem, de planeamento e de mudança gerados pelas atividades do projeto numa dada intervenção social e ou comunitária (Virgílio e Solano, 2012).

Assim sendo, sem pretender por em causa os referenciais de avaliação dos programas de financiamento dos projetos sociais, releva-se aqui que o **objetivo geral da avaliação** de qualquer projeto de intervenção social consiste em analisar os resultados das diversas formas de intervenção, nomeadamente no que se refere à adequação global dos objetivos fixados, à eficácia e eficiência das atividades desenvolvidas, à qualidade da parceria e da equipa técnica dos promotores do projeto, assim como identificar, caracterizar e compreender as estratégias e as práticas de acompanhamento e de consultadoria que houver lugar.

Constituem **objetivos específicos da avaliação** dum projeto de intervenção social, o seguinte:

- Examinar a adequação das formas de intervenção eleitas, face aos problemas identificados na área sócio-geográfica;
- Analisar a pertinência e a coerências dos eixos, prioridades e ações estratégicas para a concretização dos objetivos operacionais do projeto;
- Avaliar as estratégias e atividades do sistema de acompanhamento e de consultadoria;
- Analisar a adequação dos indicadores e do sistema de informação para a monitoria da execução e do acompanhamento e para a avaliação;
- Analisar o desempenho individual e coletivo da parceria;
- Apresentar a eficácia e a eficiência dos resultados do projeto, nomeadamente no que se refere às boas práticas, em geral, e as de promoção das condições de igualdade de oportunidade e de género, em particular.

Em termos sumários, a avaliação tem como objetivos a recolha de informação sobre um dado sistema de ação que permita:

- Compreender as dinâmicas dum sistema de “controlo” externo e interno numa dada intervenção;
- Demonstrar que as transformações sociais são ou não conseguidas ou alcançadas através da intervenção;
- Adquirir conhecimentos para melhorar o processo de planeamento e a dinamização de atividades em futuras intervenções.

1.1- Preferências metodológicas na avaliação de projetos de intervenção social

Para formular uma proposta de avaliação, é necessário atender à especificidade do projeto e adequar os procedimentos aos objetivos do próprio projeto a avaliar. De relevar ainda que “*a orientação metodológica dos procedimentos avaliativos não assenta nem se pode confundir com uma mera quantificação dos resultados das ações, dita de normatividade do controlo administrativo, objectivada à medição do êxito das ações, ou melhor, tendo em conta apenas a taxa de concretização de objetivos*” (Birkmayer e Weiss, 2000 cf. Silva et al., 2004, p. 31).

Assim, deve-se tomar como ponto de partida para o desenho dum referencial de avaliação, que qualquer processo de avaliação não comporta uma mera perspectiva de medida ou de medição de resultados finais, antes porém, deve ser entendido “*como um processo contínuo em articulação com a ação, enquanto ferramenta de apoio à tomada de decisão (no sentido em que se torna importante gerar ou produzir informação que facilite a racionalização da tomada de decisões tendo em conta a complexidade do contexto dos sistemas de ação), como processo de formação (no sentido de um processo de aprendizagem permitindo reflectir face a contextos e resultados da ação), e ainda,*

como processo de estímulo à participação e aprofundamento da democracia participativa (proporcionando a reflexão e a ação dos diferentes parceiros relativamente às causalidades dos problemas e efeitos das ações, bem como sobre as decisões sobre a melhor forma de agir)” (Silva et al., 2004, p. 31).

Se é verdade que a avaliação pode ser efetuada segundo vários modelos [1) avaliação experimental/pela investigação, centrada na explicação das causas, na aferição dos efeitos e permite a generalização acerca da eficácia do tipo de intervenção; 2) avaliação por objetivos, orientada para avaliar os objetivos atingidos pela intervenção; 3) avaliação orientada para a decisão, tendo em vista o fornecimento de informações relevantes para a adequação da tomada de decisões; 4) avaliação pela utilização, estruturada no sentido da maximização da utilização dos resultados avaliativos pelos vários utilizadores (técnicos, políticos população, etc.); 5) avaliação múltipla, efetuada a vários níveis e que depende da diversidade dos atores, tal como refere Guerra, (2000)], na verdade a orientação teórico-metodológica duma proposta de avaliação como as que têm sido aplicado nos diferentes projetos do programa EQUAL e INTERREG, fundamenta-se num princípio de atuação mais pedagógica, tomando como pano de fundo uma lógica de aprendizagem social (Rodrigues, 1993).

Parafraseando Rodrigues (1993), uma proposta metodológica de avaliação dum projeto que abrange atividades nacionais e transnacionais, como as do âmbito dos programas comunitários EQUAL, ou INTERREG ou outras, deve conter pelo menos as seguintes finalidades:

- **Avaliação comparativa:** visa proceder uma comparação entre a situação de chegada e a situação de partida e avaliar em que medida os objetivos assinalados pelos promotores foram efetivamente atingidos;
- **Avaliação analítica:** visa, além da descrita na componente comparativa, verificar em

que medida a operação em causa contribuiu para se atingir a situação de chegada, o que pressupõe a construção dum modelo coerente de análise que permita destrinçar os efeitos decorrentes de outros fatores intervenientes;

- **Avaliação dinâmica:** pode ser entendida, como a mais inovadora, na medida em que se procura criar no processo avaliativo um ambiente de interação participada ao nível da análise e da intervenção, por forma a fazer emergir eventuais desvios, assimetrias e correções, não só quanto ao conteúdo das ações em curso, mas também quanto à forma de organizar e de conduzir o projeto.

Face ao exposto, uma proposta de avaliação dum projeto de intervenção social deve ser estruturada e organizada de forma interativa entre a equipa do terreno do projeto e a equipa de consultores e ou facilitadores e de avaliação externa.

O processo de avaliação deve ser formulado em torno de três níveis de atuação: auto-avaliação, avaliação interna e externa. Na auto-avaliação, a equipa promotora deve procurar as respostas para melhorar a perceção da própria equipa de execução sobre os resultados da sua ação. Na avaliação interna, devem ser envolvidos os intervenientes diretos (executores e beneficiários) das ações, proporcionando a participação ativa dos mesmos na realização da avaliação em causa. Quando há lugar a uma avaliação externa propriamente dita, a equipa de avaliação externa deve atuar como um consultor e facilitador para a dinâmica dos processos, procurando uma certa coincidência das suas perspetivas de atuação com a equipa do terreno do projeto.

Sendo a avaliação externa dinamizada por agentes exteriores ao projeto, a equipa de avaliação, para além de ter de garantir a produção de documentos e relatórios orientadores para a melhoria da tomada de decisão dos executores na

consecução dos objetivos gerais, específicos e operacionais dum projeto, deve atuar por procedimentos de intervenção que valorizem uma orientação da avaliação de forma participada e interativa (Guerra, 2000) entre os interessados no processo.

Para a conceção de uma avaliação participada e interativa, alicerçada pela via comparativa, analítica e dinâmica da própria função de avaliação, sugere-se que, em termos pragmáticos e entre outras questões que majoram o envolvimento e participação de todos os intervenientes, os tópicos da avaliação devem incidir sobre a pertinência dos objetivos, a qualidade das medidas, a influência do contexto e, ainda, sobre as atitudes dos atores mais relevantes na concretização sustentada das atividades programadas. Em termos estritos, trata-se de uma conceção de avaliação, entendida como pedagógica e facilitadora que tem em vista, não só uma efetiva redução do “intervalo” entre o diagnóstico e as soluções, mas fundamentalmente se assume de forma explícita o fomento da reflexão estratégica e da negociação, quer para o alcance dos objetivos concretos a atingir, quer para a reorientação do programa de ação.

Para atingir os objetivos duma avaliação como a proposta acima, a orientação metodológica deve assentar em três tipos de procedimentos avaliativos:

- Uma **avaliação de performance** que permita medir a eficiência (resultados obtidos/meios utilizados) e a eficácia (resultados conseguidos/resultados programados) na execução do projeto. Para o efeito deverão ser concebidos indicadores para a aferição do grau de realização física e financeira das atividades programadas, e que constituem, em primeira e última instância, uma componente fundamental dos dispositivos de acompanhamento;
- Uma **avaliação da preparação, da imple-**

mentação e da gestão das atividades programadas, que visa avaliar a qualidade da metodologia utilizada nas diferentes fases de implementação das ações, e que constitui um pilar fulcral para a compreensão dos níveis de articulação do projeto propriamente dito com as políticas e estratégias com as quais ele está relacionado. Para a consecução desta avaliação deverão ser adotados como técnicas preferenciais de recolha de informação a análise documental, a entrevistas a responsáveis do projeto e doutros atores relevantes;

- Uma **avaliação de impacto** que visa medir o grau de concretização dos objetivos do projeto, procurando desta forma compreender o contributo específico do projeto, em termos de eficácia e eficiência na área sócio-geográfica de intervenção. Por outras palavras, propõe-se para a avaliação do impacto, por um lado, a análise dos efeitos diretos e imediatos e, por outro lado, a análise dos efeitos indiretos e diferidos na área de intervenção em causa. Trata-se de um procedimento a utilizar fundamentalmente na avaliação final, sendo igualmente empreendida na fase de acompanhamento. As técnicas privilegiadas de recolha de informação a utilizar nesta avaliação são: análise documental e de fontes estatísticas, entrevistas a painéis de atores, estudos de caso e inquéritos junto dos beneficiários diretos e indiretos. Para o tratamento da informação deve-se prever a utilização de técnicas de exploração do conteúdo da informação, a análise estatística univariada, bivariada e multivariada, assim como deverão ser utilizadas técnicas de análise prospetiva.

Face ao exposto, devem ser desenvolvidos adequados instrumentos para cada componente do projeto (nacional e transnacional) e um conjunto de indicadores de aferição, quer para a avaliação inicial, intercalar e final, quer no domínio da auto-avaliação, avaliação interna e externa, toman-

do como ponto de partida os elementos disponíveis na estrutura inicial de programação das atividades, aprovadas pela entidade financeira e pela parceria promotora do projeto a nível local, regional e transnacional, bem como as eventuais alterações que vierem a ser introduzidas na estrutura do projeto, no decurso da intervenção.

Importa relevar que a componente de avaliação intercalar ou de acompanhamento incide essencialmente na componente local de cada país parceiro, e destina-se à produção de informação sobre a monitorização e ao acompanhamento da programação das ações, tendo em vista a aferição da pertinência das mesmas em cada área geográfica de intervenção, tal com foi referido acima. Em termos estritos, pretende-se com esta avaliação a produção de linhas orientadoras conducentes à melhoria da qualidade das ações locais e à garantia das melhores condições para a concretização dos objetivos propostos. Por outras palavras, espera-se que uma avaliação intercalar permita extrair conclusões sobre a eficácia do exercício das atividades empreendidas na fase de programação.

Assim sendo, devem ser considerados na estrutura da avaliação intercalar, um acompanhamento comparativo, analítico e dinâmico, onde a recolha de informação deve ter em vista a comprovação da pertinência das prioridades escolhidas e a coerência das propostas de atividades, o desenvolvimento de indicadores em matéria de eficácia e de gestão do projeto, assim como a introdução de eventuais alterações com vista a um maior e melhor alinhamento da qualidade da programação das atividades em função da realidade e das necessidades do contexto interno e externo da área de intervenção. Em termos sumários, uma proposta de avaliação intercalar deve ser estruturada em torno de uma orientação sobre os contornos do projeto e do perfil das lógicas utilizadas na preparação, na implementação e gestão das ações, e que se traduz no seguinte:

- Validação do diagnóstico de necessidades;
- Grau de execução das atividades até à data;
- Qualidade do envolvimento e contributo de cada parceiro;
- Recomendações com vista a eventuais alterações necessárias para garantir a concretização dos objetivos fixados.

Importa relevar que deve ser efetuada na fase inicial da avaliação uma exploração aprofundada dos materiais produzidos na preparação da candidatura do projeto, constituindo esta um procedimento para a identificação da coerência das necessidades, das prioridades, das atividades propostas, das razões de opção pela estrutura de parceria e das condições de execução das atividades programadas e dos fatores críticos que poderão eventual influenciar o desenvolvimento da mesma.

Para a avaliação final, a estrutura metodológica deve incidir na identificação e análise do grau de concretização final dos principais elementos do programa de atividades, já examinados na avaliação intercalar. Tratando-se de uma etapa *ex-post* do projeto, ou seja, de um exame da adequação global da estratégia da programação adotada, a avaliação final servirá não só para verificar o grau de consecução dos objetivos do mesmo na área de intervenção, mas fundamentalmente, servirá para sistematizar os resultados finais alcançados e para identificar, caracterizar e analisar os efeitos e impactos junto da população-alvo da área geográfica em causa, tendo em vista o redesenho de novas formas de intervenção social e comunitária. Por outras palavras, pretende-se com a avaliação final produzir novas linhas orientadoras que permitam garantir a consolidação dos níveis de impacto esperado, por exemplo, ao nível da promoção da igualdade de oportunidades, o reforço da empregabilidade, entre outros temas relevantes no domínio da coesão económica e social. Assim sendo, para uma avaliação final dinâmica e pedagógica que permita uma compreensão global da *performance*,

das orientações da preparação, execução e gestão e do impacto dos resultados na área sócio-geográfica, deverão ser tomados em consideração o seguinte:

- Resultados da avaliação intercalar nacional (local/regional) e transnacional;
- Pertinência e coerência dos objetivos estratégicos, das necessidades, da globalidade das atividades propostas e dos resultados esperados;
- Qualidade do desempenho da coordenação do projeto, nomeadamente em relação à eficácia e eficiência da gestão do projeto e da execução das atividades face aos resultados alcançados;
- Qualidade dos sistemas de execução e de acompanhamento e das ações de consultoria;
- Quantificação dos objetivos, das metas e dos impactos;
- Quantidade e qualidade das boas práticas identificáveis e transferíveis a nível nacional e transnacional.

No domínio específico das relações de parceria do projeto, nomeadamente ao nível da transnacionalidade das atividades, deverão ser tomadas em consideração nas orientações da avaliação, para além dos aspetos descritos acima, o seguinte:

- Grau de concretização dos objetivos da transnacionalidade;
- Qualidade dos compromissos assumidos na parceria para a concretização dos resultados esperados;
- Qualidade do desempenho da coordenação do projeto, nomeadamente na organização e difusão da informação;
- Impacto pessoal e coletivo a nível da equipa técnica de cada parceiro, em termos de motivação e enriquecimento de conhecimentos;
- Qualidade das trocas formais e informais nas

relações entre os parceiros.

Considerações finais

Face às linhas gerais de orientação metodológica da avaliação descritas anteriormente, e como lição aprendida pelos autores, propõe-se para os projetos que envolvam atividades nacionais e transnacionais, a adoção de um modelo avaliativo tri-etápico, construído de forma participada, quer para a componente nacional, quer para a transnacional, delimitado aos níveis de avaliação inicial (preliminar), intercalar ou de acompanhamento e final. Para cada uma destas áreas, deverão ser introduzidos perfis de auto-avaliação, avaliação interna e avaliação externa, com enfoque particular sobre as dimensões da *performance*, da preparação, implementação e gestão das atividades programadas, assim como, as referentes aos impactos dos resultados.

Saber trabalhar em parceria, saber dinamizar a participação, é um requisito fundamental para o sucesso dum projeto. Do que foi possível constatar na experiência avaliativa, todos os promotores dos projetos procuram articular o desenvolvimento das atividades conjuntas de uma forma integrada e sistémica, apesar de se poder constatar casos pontuais e isolados de atrasos na troca de informações por *deficit* de cultura no cumprimento dos prazos, e insuficiente capacidade comunicativa por *deficit* de alguns membros das equipas técnicas no domínio do inglês como uma língua estrangeira de trabalho em projeto. Este tema da parceria é relevante e que poderá ser tratado com mais pormenor, num próximo trabalho.

Em suma, muitos tópicos poderão ser descritos aqui como lições aprendidas pelos autores do presente artigo, porém, face às lições aprendidas propõe-se uma operacionalização da estratégia de avaliação, conforme o descrito no quadro 1.

Quadro 1- Modelo, dimensões e procedimentos de avaliação

Fases da Avaliação	Procedimentos	Tópicos de Avaliação
Aspetos Preliminares (auto-avaliação, avaliação interna)	<p>- Avaliação dos contornos das atividades em programa:</p> <p>a) Análise das fontes disponíveis para apreciação global da adequação da estratégia do projeto</p> <p>b) Análise e comprovação da validade da avaliação <i>ex-ante</i> e do diagnóstico de necessidades</p>	<p>- Apreciação da pertinência da estratégia definida;</p> <p>- Apreciação da eficácia dos recursos disponíveis para a execução das atividades;</p> <p>- Identificação dos factores críticos que possam influir na execução e na eficácia;</p> <p>- Verificação de novas propostas e medidas de acompanhamento</p> <p>- Re-análise dos pontos fortes, fracos e das potencialidades da área geográfica;</p> <p>- Identificação de novos factores que favoreçam a coesão económica e social.</p>
Avaliação de Acompanhamento e Avaliação Final (auto-avaliação, avaliação interna e externa)	<p>- Avaliação da preparação, da implementação e da gestão:</p> <p>a) Apreciação da pertinência e coerência da estratégia global do projeto local e da sua complementaridade no plano da transnacionalidade</p>	<p>- Justificação da importância das atividades prioritárias identificadas</p> <p>- Apreciação da coerência da programação das atividades</p> <p>- Apreciação da coerência entre os objetivos estratégicos, específicos e operacionais</p>
Avaliação Final (avaliação externa)	<p>- Avaliação da preparação, da implementação e da gestão:</p> <p>a) Análise da qualidade do desempenho da coordenação do projeto, nomeadamente em relação à eficácia e eficiência da gestão do projeto e da execução das atividades face aos resultados alcançados a nível local e da transnacionalidade</p> <p>b) Análise da qualidade dos sistemas de execução e de acompanhamento e das ações de consultadoria</p> <p>- Avaliação da <i>performance</i> e dos impactos</p> <p>a) Quantificação dos objetivos, das metas e dos impactos a nível local e da transnacionalidade</p> <p>b) Análise da quantidade e qualidade das boas práticas identificáveis e transferíveis a nível nacional e transnacional</p>	<p>- Apreciação da capacidade e do desempenho da gestão do projeto;</p> <p>- Verificação dos resultados obtidos em cada fase de avaliação e dos progressos realizados no sentido da concretização final dos objetivos</p> <p>- Apreciação da qualidade e eficiência da gestão, do acompanhamento e da consultadoria;</p> <p>- Verificação da qualidade da rede de parceria local, regional e transnacional</p> <p>- Apreciação da pertinência dos indicadores relativos aos objetivos globais, específicos e operacionais e do seu impacto nos resultados.</p> <p>- Análise da fiabilidade e da validade dos procedimentos de recolha de informação</p> <p>Apreciação do valor acrescentado do projeto a nível comunitário</p>

Referências bibliográficas

- Adulis, D. (2002). Como planejar a avaliação de um projeto social. Disponível em http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mes_junho2002.cfm
- Aguilar, M.J. & Ander-Hegg, E. (1995). *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Editora Vozes
- Barbier, J.-M. (1993). *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*. Porto: Porto Editora
- Capucha, L. et al. (1996). Metodologias de Avaliação: o estado da arte em Portugal. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 22, pp. 9-27
- Cohen, E. & Franco, R. (1999). *Avaliação de projectos sociais*. Petrópolis: Editora Vozes
- Gabinete da Iniciativa EQUAL (2003). Auto-avaliação de projectos. Lisboa: Gabinete da Iniciativa EQUAL
- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia
- Monteiro, A. (1996). A Avaliação nos Projectos de Intervenção Social: Reflexão a partir de uma Prática. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 22, pp. 135-154
- Rodrigues, M.J. (1993). *Avaliação e aprendizagem social*. WP93/03. Lisboa: Dinâmia/ISCTE
- Schiefer, U. (Coord.). (2000). *Método Aplicado de Planeamento e Avaliação de Projectos (MAPA): Normas e Procedimentos para o Planeamento e Avaliação de Projectos de Desenvolvimento da Cooperação Portuguesa (14 ficheiros)*. Lisboa: ISCTE
- Schiefer, U. et al. (2006). *MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Cascais: Principia
- Serrano, G.P. (1999). *Elaboracion de proyectos sociales*. Madrid: Narcea, S.A. de Ediciones
- Silva, C.A., Pedro, M. & Courelas, A. (2004). Avaliação participada: perspectiva(s) metodológica(s) em projectos sociais. *Economia e Sociologia*, 78, pp. 31-48
- Virgilio, M. & Solano, R. (2012). *Monitoreo y evaluación de políticas, programas y proyectos sociales*. Buenos Aires : Fundación CIPPEC
- Yin, R. (1992). The case study method as a tool for doing evaluation. *Current Sociology*, 40 (1), pp. 119 – 136

Notas:

- [1] Docentes da Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia
- [2] Membros do CICS.NOVA.UÉvora
- [3] Principais projetos EQUAL e INTERREG, cuja avaliação foi coordenada pelos autores:
- 2010-2011: Projecto WINNET 8 - *Women's Resource Centres, Promoting Innovation in Gender; Equality across Europe*, Interreg IV C / 0863C2 WRC FTN
- 2006-2008: Projeto FUNDAR - *Cooperação Transfronteiriça entre as Fundações e o Mundo Empresarial para a Promoção e a Valorização da Responsabilidade Social* (SP4.P112/03) Interreg III-A
- 2006-2008: Projeto “Trilhos Profissionais”, Programa Equal (nº 2004/EQUAL/A2/EM/048)
- 2006-2008: Projeto “Gente Acolhedora”, Programa Equal (Projeto Nº 2004/EQUAL/A2/EM/024)
- 2005-2007: Projeto 4W0138N - *HealthClusterNet - Engaging the Health Sector more effectively in regional economic and social policy and development*”, Interreg III-C
- 2004-2007: Projeto *Inovar e Harmonizar Estratégias Formativas e Conhecimentos em Saúde em Zonas Raianas-INFOrraia* - Interreg III – A, SP4.P37
- 2004-2006: Projeto “Orientar, Servir e Apoiar: Promover a Conciliação da Vida Familiar/Profissional”, Programa Equal (nº 2004/EQUAL/A2/IO/314)
- 2003-2005: Projeto “Excelência na Solidariedade”, Programa Equal (nº 2001/EQUAL/A2/EE/321)
- 2002-2004: Projeto Laboratório de Ideias, Programa Equal (nº 2001/EQUAL/A2/EE/184)
- 2002-2003: Projeto Igualdades: Novos Caminhos, Programa Equal (nº 2001/EQUAL/A2/EM/088)
- 2001-2004: Projeto ADERE, Programa Equal (nº 2001/EQUAL/A2/EE/106)